UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETUBAL

(S.Julião, Nª.Sª.Anunciada, Sta Mª. da Graça)

EDITAL

Nos termos do Artigo 14º. nº. 1 e 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, convoco todos os interessados para uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, para o dia 29 de abril de 2014, pelas 21.00h, na sala da Assembleia de Freguesia de Santa Maria da Graça, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA
   1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES
   2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA PARA O MANDATO 2013/2017
   3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE
   4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE OUTUBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
   5. APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATROMINIAIS
   6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO
   7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TABELAS E TAXAS
   8. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL
   9. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL/2014
   10. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CONTROLO DE ASSIDUIDADE

Setúbal, 21 de abril de 2014

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Ana Regina

(Ana Pereira)

Sede: Rua do Mormugão, nº 40 – 2900 – 504 Setúbal
Av. Luísa Todi, nº 354 – 2900-454 Setúbal
Rua do Ligeiro nº 22 – 2900-176 Setúbal

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETUBAL

(S.Julião, Nª.Sª.Anunciada, Sta Mª. da Graça)

SESSÃO Nº 02 DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

ATA Nº 02/2014 EM MINUTA

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal em sessão ordinária, Presidida por **Ana Isabel Espada Pereira,** secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço, como 1ª secretária, Dina Maria Ferreira Rocha Lança, como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada.

C) **PERIODO DA ORDEM DO DIA**

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNUIÕES ANTERIORES; Ata 2 de 18 de dezembro 2013 aprovada por unanimidade; ata 3 de 27 de dezembro 2013 aprovada por unanimidade e ata 1 de 23 de Janeiro de 2014 aprovada por unanimidade.
2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA PARA O MANDATO 2013-2017. Tendo ficado aprovada por unanimidade;
3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE;
4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE OUTUBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013; Tendo ficado aprovado com oito votos a favor; onze abstenções; ---- contra;
5. APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS , DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS;
6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO; Tendo ficado aprovado por unanimidade;
7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TABELAS E TAXAS; Tendo ficado aprovado por unanimidade;
8. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL; Tendo ficado aprovado por unanimidade;
9. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1º REVISÃO ORÇAMENTAL /2014; Tendo ficado aprovada por unanimidade;
10. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CONTROLO DE ASSIDUIDADE – Proposta retirada.

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 2;4;6;7;8;9;10 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta com 19 votos a favor (unanimidade).

A PRESIDENTE Ana Pereira

A 1ª SECRETÁRIA Donatília Moço

A 2ª SECRETÁRIA

Rua do Mormugão, nº 40 – 2900 – 504 Setúbal
Av. Luísa Todi, nº 354 – 2900-454 Setúbal
Rua da Liberdade nº 22 – 2900-176 Setúbal

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICIPIO DE SETUBAL, REALIZADA AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E CATORZE

ATA Nº 2/2014

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, no salão da sua sede, sito na Rua do Mormugão nº 40, no Município de Setúbal. ----------
Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA** (PS) e secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária. ----------
Compareceram os seguintes membros:----------
Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP.PEV ----------
Maria Luís Alves da Silva Nunes; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. ----------
Bancada do PS – Partido Socialista ----------
Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Ana Lúcia de Castro Godinho; Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus.
Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP ----------
Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Paulo José Teixeira da Silva Mateus.----------
Bancada do BE – Bloco Esquerda ----------
Carlos Manuel dos Reis Branco. ----------
EXECUTIVO DA JUNTA ----------
Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU) ----------
Secretário - Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) ----------
Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) ----------
Vogal - Ciro de Sá Silva (PS)----------
Vogal - João Vítor Miranda Inácio (PS)----------
Vogal - Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (PSD)----------
Vogal - Maria Cristina Pires Diz Viegas (CDS)----------
Não compareceram os seguintes membros: ----------
Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) segunda secretária e Tiago Jorge Carrilho Oliveira (bancada do PS) – substituído por Pedro de Jesus (PS); ----------
A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes, registou as presenças, leu a justificação de falta e pedido de suspensão de mandato por um ano do membro da bancada do PS (anexo 1), Tiago Jorge Carrilho Oliveira, referindo que à semelhança da sessão anterior seria

substituído pelo senhor Pedro Alexandre Conde de Jesus, que já tinha tomado posse e deu por aberto o período destinado à intervenção do público. ----------
Pediu a palavra o senhor Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, utente da freguesia e administrador do prédio numero trinta e quatro da Rua Acácio Barradas, solicitando a intervenção do Executivo da Junta na Câmara Municipal de Setúbal nos serviços de obras e/ou fiscalização no sentido de verificarem o prédio numero trinta e dois da mesma Rua que se encontra muito degradado e em vias de derrocar. Informou ainda que este assunto tinha sido colocado na Câmara há cerca de três ou quatro anos e que apesar do edifício existir ao lado do Edifício Sado da Câmara até há presente data nada tinha sido feito. Terminou a sua intervenção referindo que gostaria que ficasse mencionado na ata em como o condomínio do prédio número trinta e quatro da rua Acácio Barradas tinha alertado para o facto do perigo em que se encontra o prédio numero trinta e dois da mesma rua, tanto no que respeita à saúde pública, devido há bicharada acumulada dentro do mesmo, como também ao perigo de derrocada. ----------
Pediu a palavra a utente da freguesia e comerciante na Rua José Carlos da Maia, Fátima Falante, referindo que gostava de saber a resposta sobre um abaixo-assinado que tinham entregado na Junta de Freguesia aquando da reunião com o senhor Presidente, sobre a ligação da Rua José Carlos da Maia com o Largo Joaquim Correia, também conhecido por Largo da Palmeira, uma vez que a passagem tinha sido fechada sem primeiro terem consultado os moradores e comerciantes da referida zona, apesar de terem sido feitas reuniões com moradores da Rua Vasco da Gama. Referiu ainda que o encerramento da passagem tem dado origem não só ao não escoamento de trânsito quando há bloqueio do mesmo nas ruas da zona, como também ao difícil acesso de bombeiros e ambulâncias, dificultando-lhes o trabalho e colocando em risco a vida das pessoas, como já tinha acontecido. Terminou a sua intervenção referindo que este assunto e o abaixo-assinado já tinham sido colocados e entregues na Câmara, mas até há data não tinham obtido resposta. ----------
Teve a palavra o Presidente da Junta que, após saudar todos os presentes, começou por responder ao senhor Manuel Fernandes dizendo que tanto ele como a Câmara tinham conhecimento da questão do prédio degradado, tendo esta última feito démarches sobre este assunto junto dos proprietários, no entanto os prazos vão-se prolongando e até há data não se conseguiu dar solução a este assunto. Terminou referindo que a Junta de Freguesia, após solicitar à Câmara Municipal uma resposta sobre esta questão, informará o senhor Manuel Fernandes. Seguidamente e em resposta à utente Fátima Falante, disse que o assunto sobre a solicitação que tinham feito da possível ligação das Ruas Vasco da Gama e José Carlos da Maia, já tinha sido apresentada ao GAF (Gabinete de Apoio às Freguesias), inclusive ele tinha solicitado que o mesmo fosse objeto de estudo na próxima intervenção de "Ouvir a População Construir o Futuro". No entanto por ser um assunto delicado que deverá ser estudado, terá que haver uma consulta pública para que a população seja ouvida, como tinha sido feito para o encerramento, reuniões essas que os moradores da Rua José Carlos da Maia não compareceram. Terminou informando que a senhora Presidente da Câmara estava receptível a todas a opiniões e na disposição de estudar o referido assunto. ----------
Não havendo mais intervenções do público a Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, cuja cópia tinha sido distribuída com a documentação a todos os membros da Assembleia. Seguidamente informou que a segunda ata de instalação dos membros da Assembleia tinha um lapso na referência do local onde tinha sido feita, ou seja não tinha sido na Casa da Baía mas sim na Sociedade Musical Capricho Setubalense; pelo que, uma vez já corrigida tem que ser assinada pelos mesmos membros que substituíram os que foram para o Executivo. Em seguida deu por aberto o ponto B – Período antes da ordem do dia. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, que após cumprimentar os presentes, disse que se congratulava com as obras de melhoramento e recuperação feitas na Fonte do Largo da Fonte Nova e com o evento de convívio feito no Parque das Merendas da Comenda, prova de que o 25 de Abril está vivo. Seguidamente disse ter uma Moção a entregar à Mesa e apesar de ter sido chamado à atenção pela Presidente da Mesa para que aguardasse, leu a Moção. ----------
A Presidente da Mesa solicitou a todas as bancadas que entregassem as Moções na Mesa para que fossem feitas fotocópias e distribuídas pelas bancadas, tendo solicitado à funcionária Luísa Marques para o fazer. ----------
Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que a Moção apresentada pelo Bloco Esquerda não tinha perfil de Moção mas sim de proposta a qual não poderia ser votada nem posta à discussão pois não fazia parte da ordem de trabalhos; ao que a Presidente da Mesa acrescentou que nem consta no Regimento antigo nem no que está para ser aprovado. Seguidamente o membro da CDU, Alberto Pereira, continuou a sua intervenção referindo que tinha feito um estudo sobre o local ideal onde deveria ser a localização da sede da freguesia, conforme tinha referido na sessão anterior, tendo feito três simulações. A primeira se o território da freguesia não tivesse população, ou no caso de ter que estivesse proporcionalmente distribuída e neste caso seria ao meio da estrada que liga a Comenda com a EN10; a segunda simulação foi considerando o local onde os eleitores votam e que todos se deslocariam de automóvel ao local e neste caso seria na frente da sua casa, ou seja entre a Rua Fernando Santos e a Silva Porto; a terceira e última simulação foi em relação à sede ser em S. Julião ou em Santa Maria da Graça e tanto numa como na outra em relação há percentagem de pessoas que se deslocariam para a zona de Santa Maria da Graça e as que se deslocariam para S. Julião, é a mesma ou seja de trinta e oito por cento. ----------
A Presidente da Mesa, colocou a Moção A da bancada do Bloco Esquerda para discussão. ----------
Pediu a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que a Moção A não tinha razão de ser e que para além de ser contrária ao Regimento que ainda estava para ser aprovado, também a Junta não tinha condições para fazer a gravação e colocá-la num órgão social. Terminou a sua intervenção solicitando ao Executivo da Junta para que intercedesse junto da Câmara Municipal no sentido de pedir uma desratização para a zona do Jardim dos Arcos, uma vez que este assunto tinha vindo no Jornal Diário das Regiões, como um reparo grave. ----------
Uma vez já estarem fotocopiadas e distribuídas todas as Moções a Presidente da Mesa, após troca de opiniões entre os membros das bancadas sobre a Moção A (anexo 1) do Bloco Esquerda, referiu que também concordava que o documento apresentado não era considerado uma Moção mas sim uma proposta e como tal, teria que ter sido apresentado com antecedência para que constasse na ordem de trabalhos, a fim de ser analisado e colocado a votação. Uma vez a opinião ter sido unânime o documento foi retirado e a bancada do Bloco Esquerda disse que iria apresentá-lo como proposta na próxima sessão. ----------
A Presidente da Mesa deu a palavra à bancada da CDU para que lesse as Moções apresentadas à Mesa. Foi lida a Moção B "Contra a Privatização da EGF" (anexo 2). Seguidamente e após discussão da mesma colocou-a para aprovação tendo ficado aprovada com catorze votos a favor (1 BE; 7 CDU; 6 PS) e quatro abstenções da bancada de Por Setúbal, Por si. Foi lida a Moção C "40 anos da Revolução de Abril 1974" (anexo 3). Após discussão da mesma a Presidente da Mesa colocou-a para aprovação, tendo ficado aprovada com catorze votos a favor (1 BE; 7 CDU; 6 PS) e quatro abstenções da bancada de Por Setúbal, Por si. A Presidente da Mesa deu a palavra à bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, para lerem as Moções apresentadas. Foi lida a Moção D (anexo 4) "25 de Abril de 1974 – Esperança e Sonho – 40º Aniversário". Após discussão da mesma a

Presidente da Mesa colocou-a para aprovação, tendo ficado aprovada com catorze votos a favor (6 PS; 4 Coligação Por Setúbal, Por Si; 4 CDU) e quatro abstenções (3 CDU; 1 BE). O membro da bancada da CDU, António Freixo, fez uma declaração de voto, referindo que a Moção faz uma referência sobre a Venezuela não sendo esclarecedora sobre a que problema se refere, no entanto está fora do contexto, daí a abstenção na votação. Foi lida a segunda Moção E (anexo 5) "1º de Maio – Dia do Trabalhador", a qual foi colocada para discussão. Após troca de impressões a Presidente da Mesa colocou-a para aprovação tendo ficado aprovada com oito votos a favor (4 da Coligação Por Setúbal, Por Si; 2 PS; 2 CDU) e dez abstenções (4 PS; 5 CDU; 1 BE). ----------

A Presidente da Mesa deu a palavra à bancada do PS para que lessem as duas Moções apresentadas. Foi lida a Moção F (anexo 6) -"Moção evocativa do 25 de abril de 1974". O membro da bancada da CDU pediu a palavra referindo que os documentos apresentados pela bancada do PS como Moções não tinham esse perfil e deveriam ser alterados os títulos para Saudações, ao que a bancada do PS anuiu. Depois de alterado o título foi posta para discussão a Moção F "Saudação evocativa do 25 de abril de 1974" e após uma breve troca de impressões foi colocada para aprovação tendo ficado aprovada por unanimidade. Foi lida a Saudação G (anexo 7) "Um novo rumo no valor do trabalho" e colocada para discussão. Após breve troca de impressões e de se ter alterada a palavra alto para baixo no segundo parágrafo, 11ª linha, foi a mesma colocada para votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

A Presidente da Mesa, depois de informar todos os presentes que durante a sessão tinha recebido uma informação relativa ao falecimento do senhor Rui Mesquita, funcionário da Câmara ligado ao Associativismo, sugeriu que antes de se passar ao período da ordem do dia fosse feito um minuto de silêncio em memória do funcionário. Uma vez todos concordarem foi feito um minuto de silêncio. Seguidamente a Presidente da Mesa deu por aberto o período da ordem do dia, passando ao primeiro ponto - **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES.** Colocou para discussão a ata número dois de 2013 que após ter sido alterada acrescentando-se Coligação Por Setúbal, Por Si (página um) e um nome aos membros do Executivo presentes, foi colocada para aprovação, ficando aprovada por unanimidade. Seguidamente colocou para discussão a ata número três de 2013, que após feita a alteração solicitada pelo Bloco de Esquerda mencionado na ata que pediram escusas de participar no grupo de trabalho, foi colocada para votação, tendo ficado aprovada por unanimidade. Colocou para discussão a ata número um de 2014, a qual depois de corrigida em relação a gafes na descrição do historial da Escola Conde Ferreira feita pelo professor Alberto Pereira da bancada da CDU (página 4), à alteração do mês da reunião com a Presidente da Associação de Moradores ter sido em Novembro (página dois) e de se mencionar que a Presidente da Mesa tinha sugerido que a Junta, no dia dos pagamentos, dispensasse a funcionária para que esta se deslocasse à Associação de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal e auxiliasse nos pagamentos (página 10), foi colocada para votação tendo ficado aprovada por unanimidade. ----------

A Presidente da Mesa passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos – **Aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2013-2017.** Uma vez já todos o terem recebido atempadamente para análise e após correção no Artigo 45º passando o número três para número dois, foi o mesmo colocado para aprovação tendo ficado aprovado por unanimidade. Seguidamente, a Presidente da Mesa, passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos – **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE.** O Presidente da Junta, Rui Canas, teve a palavra referindo que o que estava escrito espelhava o trabalho desenvolvido, no entanto, por uma questão de tempo, existiam alguns trabalhos que já se encontravam mais avançados. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, questionando por que motivo a Junta teve que entregar à Câmara trinta e dois mil euros. Seguidamente passou a ler a seguinte solicitação: " Na sessão do passado 27 de dezembro o senhor presidente do Executivo respondeu à bancada da CDU sobre os problemas detetados nas escolas dizendo e passo a citar: "estão a ser feitos levantamentos em todas as escolas sobre deficiências e necessidades existentes e que têm solucionado os problemas mais urgentes e inadiáveis"; perante esta informação e sabendo a perigosidade e a presença de amianto nos edifícios escolares e o que representam para a saúde de professores, alunos e pessoal auxiliar, lembramos que o comunicado de imprensa com o título – Em que escolas estará o MEC (Ministério de Educação e Ciência) a remover o amianto -; que o secretariado da FENPROF (Federação Nacional dos Professores) fez sair; considerando as declarações do Ministro, Nuno Crato, segundo as quais a interrupção lectiva da Páscoa seria aproveitada para em algumas escolas avançar com a remoção do amianto existente na sua construção e face ao secretismo que tem envolvido toda esta polémica com a recusa sistemática de parte da tutela revelar a listagem das escolas que contêm amianto, desrespeitando a Lei número dois de dois mil e onze de nove de fevereiro que impõe a sua divulgação, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal (S. Julião, Nª Sª da Anunciada, Santa Maria da Graça) reunida em Sessão Ordinária no dia vinte e nove de abril do ano dois mil e catorze solicita ao senhor Presidente da Junta de Freguesia se dispõe de informações que permitam dar esclarecimento sobre as Escolas que apresentam amianto na sua construção na nossa freguesia e a existência de intervenção do Ministério da Educação no sentido da remoção de amianto nas escolas. Caso não seja possível prestar esclarecimentos a esta Assembleia de Freguesia solicitava-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia que questione o Ministério da Educação no sentido de ser esclarecido sobre este problema que põe em risco a saúde de centenas de crianças, professores e restantes funcionários que diariamente estudam e trabalham nesses estabelecimentos de ensino. A ser aprovada esta solicitação deverá a mesma ser divulgada às restantes Autarquias do Concelho de Setúbal para possibilitar um conhecimento cabal que apoie os esforços e as diligências dos Sindicatos que vêm desenvolvendo há largos meses em prol da defesa do direito da saúde e integridade física de quem trabalha nos estabelecimentos. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que o Professor Nuno Costa, de Setúbal, é o novo Coordenador Distrital da ANAFRE, o professor António Batista (PS), de Setúbal, também faz parte da Direção de Coordenação e como suplente temos a Ana Pereira (PS), penso que a ANAFRE está muito bem representada. ----------

Teve a palavra a Presidente da Mesa que dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta, Rui Canas, perguntou se a Junta assinou algum protocolo sem que fosse dado a conhecer à Assembleia de Freguesia uma vez que algumas atividades com associações se encontram a decorrer. ----------

O membro da bancada do PS, senhor Paulo Gomes, fez um reparo referindo que afinal também a Escola do Viso tem fundido lâmpadas, não é só nas outras escolas que isso acontece. Gostaria de saber o motivo pelo qual a verba atribuída às Escolas já se encontrava tão elevada. Finalizou a sua intervenção perguntando o que queria dizer "os outros", uma vez que durante o seu mandato tinha sido massacrado pelo membro da bancada da CDU, D. Olinda, que dizia que até um prego tinha que ser faturado. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta que em resposta começou por informar que a devolução à Câmara daquele valor era devido ao facto de não ter sido gasto com as obras do Protocolo de Delegação de Competências a que estava destinado, uma vez que no período de transação para a fusão das freguesias algumas Juntas não executaram trabalho, o que implicou sobrar dinheiro o qual

teve que ser devolvido. No que diz respeito ao amianto nas Escolas este assunto não é com a Junta, pois isso tem a ver com a estrutura dos edifícios das Escolas que pertence à Câmara, a qual já está a tratar desse processo com o Ministério da Educação. Referindo-se à ANAFRE disse que também é da mesma opinião e tinha ficado satisfeito por os elementos pertencerem a Setúbal. No que diz respeito aos Protocolos, não têm sido feitos nenhuns de novo, no entanto estão a desenvolver e a definir diversos conjuntos de protocolos que depois de discutidos no Executivo irão para apreciação da Assembleia de Freguesia. A questão de aparecer rubricas de nome "Outros", o que faz parte do POCAL, deve-se a ser uma forma legal usada numa primeira fase em que há áreas ainda não classificadas cujo nomes ainda não estão definidos. No que respeita às verbas atribuídas às Escolas para manutenção diária são fixas, dando uma média de dez euros por aluno, no entanto os valores que estão mencionados são mais elevados derivado à atualização dos valores do ano anterior que estavam em atraso. ----------

A Presidente da Mesa, uma vez passar da meia-noite e já ter sido tratado o ponto 3 questionou se queriam continuar a Sessão ou se queriam suspender os trabalhos ficando adiada para outro dia. Após troca de impressões, foi posta à votação se suspendiam os trabalhos ou se continuavam a Sessão. Ficou aprovado por unanimidade que fosse adiada para o dia seis de maio no mesmo local às vinte e uma horas. O membro da bancada Por Setúbal, Por Si, Pedro Gaivéo, solicitou que para a próxima Sessão viessem a horas e não se atrasassem. ----------

A Presidente da Mesa após verificar todas as presenças, (a membro da bancada do PS Dina Lança que não tinha estado presente veio à continuação da Sessão), deu por aberta a segunda parte da Sessão do dia 29 de Abril, quando eram vinte e uma hora do dia seis de Maio de dois mil e catorze. Seguidamente passou ao ponto número quatro – **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE OUTUBRO DE DOIS MIL E TREZE E TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.** Seguidamente colocou-o para discussão. O membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, interveio para mencionar que o nome dele não constava nesse documento, era como se não existisse. Após alguns esclarecimentos e troca de opiniões foi o mesmo colocado para aprovação tendo ficado aprovado com oito votos a favor (7 CDU;1 BE) e onze abstenções (7 PS; 4 Coligação Por Setúbal, Por Si). ----------

Seguidamente a Presidente da Mesa deu por aberto o quinto ponto da ordem de trabalhos – **APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS,** colocando o mesmo para apreciação. O membro da bancada de Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, questionou se o Inventário se iria manter ou se os abatimentos iriam ser repostos. ----------

Em resposta o Presidente da Junta, Rui Canas, disse que o Inventário iria aumentar derivado à renovação do equipamento e que com o aumento de pessoal também seria necessário adquirir material de trabalho. Após alguns esclarecimentos sobre dúvidas colocadas e não havendo mais intervenções a Presidente colocou este ponto para votação, no entanto foi-lhe dito pelo Presidente da Junta que é feita uma apreciação e não uma votação. No entanto o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, interveio para referir que todos os pontos da ordem de trabalhos devem ser votados. Não havendo mais nenhuma intervenção a Presidente da Mesa passou ao sexto ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO,** colocando o mesmo para discussão. Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas que fez uma breve explicação sobre o conteúdo e a extensão no terreno do novo acordo de Execução Contrato Interadministrativo, há semelhança do que tem vindo a ser feito com o Protocolo de Delegação de Competências. Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou-o para votação tendo ficado aprovado por unanimidade. Passou então ao sétimo ponto da ordem de

trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TABELA DE TAXAS,** colocando o mesmo para discussão. ----------
Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, informando que por terem sido atribuídas novas competências à Junta, o Regulamento de Taxas teve que ser reformulado. No entanto também foi feita uma correção na tabela de taxas referente ao Mercado da Lota referente a uma bancada cujo valor, de trinta e sete euros, estava no Edital como bancada simples e deveria estar, quarenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos, como bancada dupla. ----------
O membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, fez um reparo no que respeita à venda de lotaria ambulante, hoje em dia não há vendedores ambulantes de lotaria; isto mostra bem o desfasamento que existe entre a sociedade e a legislação. Seguidamente e antes de colocar a proposta para votação, a Presidente da Mesa referiu que se deveria devolver, ao proprietário da bancada, a diferença do valor que estava no Edital para a que tinha sido cobrada na realidade, uma vez ter sido erro da Junta. Colocada a votação ficou aprovada por unanimidade. ----------
A Presidente da Mesa passou ao ponto número oito – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL,** dando a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas, o qual referiu que este ponto estava também relacionado com as alterações que se irão fazer ao pessoal derivado ao novo Acordo de Execução Contrato Interadministrativo. Após troca de opiniões e feitos alguns esclarecimentos a Presidente da Mesa colocou este ponto para votação, tendo ficado aprovado por unanimidade. ----------
Seguidamente a Presidente da Mesa deu por aberto o nono ponto – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL/2014,** colocando o mesmo para discussão, começando por dar a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas, o qual solicitou à Mesa da Assembleia a substituição de um dos documentos, pois havia uma situação que não estava bem explícita ou seja estava mencionado o saldo que vinha da gestão anterior e não estava mencionado, da mesma forma, o aumento da receita proveniente da assinatura destes contratos e como tal, para que não solicitassem dúvidas, uma vez serem duas receitas extraordinárias tiveram que ser inseridas, ou seja o saldo da gestão anterior incorporado no orçamento deste ano assim como o acréscimo do Acordo de Execução Contrato Interadministrativo. Seguidamente a Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia esta substituição com a qual todos concordaram, esclarecendo também que por lapso na convocatória está mencionado primeira revisão, mas que na realidade é a segunda revisão. Não havendo intervenções foi a mesma colocada para aprovação, tendo ficado aprovada por unanimidade. --------
A Presidente da Mesa passou ao décimo ponto da ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CONTROLO DE ASSIDUIDADE,** colocando para discussão. --
Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, informando que para além de ser obrigatório haver um controlo da assiduidade também era uma questão de equidade, uma vez que haviam trabalhadores que tinham esse controlo e outros que não tinham. Referiu que após terem consultado vários sistemas e empresas, aquele que estava mencionado na proposta apresentada, tinha sido o que todos, em reunião do Executivo, acharam mais apropriado e eficiente, para além de ter sido em Orçamento o mais compensatório e seria uma aquisição através de leasing. ----------
Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, referindo que deveriam ter sido apresentadas, à Assembleia, as várias propostas e sistemas para terem noção daquilo que iriam aprovar depois de devidamente analisadas. ----------
Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, questionando se o programa está protegido, uma vez que funciona com uma base de dados que é confidencial e há que ter isso em conta. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, fazendo referência que a empresa em questão não era de Setúbal e que deveríamos dar mais importância às empresas da nossa cidade a fim de as ajudar. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alerto Pereira, para fazer uma reflexão sobre este assunto. "*Desconhecia totalmente que houvessem sistema de verificação de pontos através de reconhecimento facial, tinha conhecimento que havia verificação digital, palmar não tinha conhecimento que estavam tão adiantados. A empresa em questão deve ser talvez a melhor empresa que há em Portugal, uma vez que em mil novecentos e setenta e dois, quando trabalhava na antiga fábrica Barreiros, o equipamento utilizado na altura pertencia a esta empresa, eram utilizados cartões que se inseriam numa maquineta e que marcavam o dia e a hora, que dava para a semana toda permitindo saídas para almoço etc...; atualmente e passados quarenta anos a ciência avançou de tal maneira que basta ficar em frente a uma máquina. Este sistema começou nos estados unidos da América no século dezanove, quando as grandes empresas surgiram e tiveram que marcar a assiduidade do pessoal, como os Estados Unidos da América era um país que quase não tinha analfabetos, nas grandes empresas em que os trabalhadores eram americanos introduziram um sistema cujo nome ficou até hoje que era "**PICAR O PONTO**", picavam mesmo o cartão, havia um cartão com o nome da pessoa que era colocado numa máquina, accionavam uma alavanca que picava o cartão; depois quando eram as outras horas o sistema não dava e o carão era picado um pouco ao lado, pelo que este sistema não funcionava. Nas empresas onde havia uma taxa elevadíssima de analfabetos, nos Estados Unidos e em toda a Europa inclusive em Portugal este problema arrastou-se, pelo menos aqui em Setúbal, até mil novecentos e noventa e cinco, quando haviam trabalhadores analfabetos este sistema não funcionava porque as pessoas não sabiam ler o nome nos cartões, então haviam umas fichas com uns números, a pessoa fixava o número tirava uma ficha e entregava no escritório.*"----------

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, fazendo referência se o equipamento tinha um período para experiência e se a manutenção estava incluída, pois no caso de existirem peças defeituosas que estejam na garantia se o transporte também está incluído na garantia. ----------

A Presidente da Mesa questionou se o valor da aquisição, cinco mil seiscentos e cinquenta e cinco euros, é o contratual ou se é o valor final com IVA. Porque se a aquisição de qualquer equipamento ultrapassar os cinco mil euros e caso não esteja enganada, por lei a junta é obrigada a concurso público na plataforma de compras públicas, logo este contrato não pode ser feito. ----------

Em resposta o Presidente da Junta referiu que no respeitante à protecção de dados não havia problema porque estava conforme a lei, quanto a ir a plataforma não é necessário porque é uma aquisição por leasing. Foram pedidos orçamentos a três empresas e levados a reunião de Executivo onde foi analisado e discutido este assunto. Os três orçamentos eram muito idênticos, no entanto esta empresa já era nossa conhecida, uma vez que duas Juntas funcionavam com equipamentos deles. Após analisarmos na reunião do Executivo ficou acordado que faríamos um leasing de cinco mil euros, estando incluído um seguro de proteção de equipamento estando coberto um contrato de manutenção. ----------

Pediu a palavra a Secretaria da Assembleia, Dina Lança, questionando que os documentos apresentados diziam que as condições de pagamento eram com cinquenta por cento com adjudicação e cinquenta por cento com a entrega ou renting. ----------

O Presidente da Junta após consultar os documentos que tinham vindo à Assembleia e verificado que as propostas tinham sido trocadas informou todos os presentes desse lapso. ----------

A Presidente da Mesa, mediante este acontecimento alertou para o facto de o Presidente ter que verificar os documentos antes de os enviar e sugeriu que a proposta fosse retirada sendo apresentada na próxima sessão. Após colocada para aprovação a retirada da proposta do ponto dez, foi aprovada por unanimidade. ----------
Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Silva, solicitando ao Executivo que, na próxima Sessão para além desta proposta, apresentasse as outras três para que pudessem ter uma base de comparação. ----------
Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta acta, colocou-a para aprovação, tendo ficado aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão quando eram vinte e quatro horas. ----------
E para constar se lavrou a presente ata que contem nove folhas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. ----------

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: **Maria Luísa Marques**
CORRIGIDA POR: **Donatília Moço**

Presidente da Assembleia de Freguesia _____

1ª Secretária _____

2ª Secretária _____

Bloco de Esquerda
Setúbal

Recebido na Sessão Ordinária de 29/04/2014

Solicitação

Na sessão do passado dia 27 de dezembro de 2013, o Sr. Presidente do executivo respondeu à bancada da CDU sobre os muitos problemas detetados nas escolas dizendo que e passo a sitar "estão a ser feitos levantamentos, em todas as escolas, sobre deficiências e necessidades existentes e que têm sido solucionados os problemas mais urgentes e inadiáveis"

Perante esta informação, sabendo da perigosidade que a presença de amianto nos edifícios escolares, representa para a saúde de professores, alunos e pessoal auxiliar, lembramos o comunicado de imprensa com o título "Em que escolas estará o MEC a remover o amianto?" que o secretariado nacional da FENPROF fez sair, considerando as declarações do ministro Nuno Crato, segundo as quais a interrupção lectiva da Páscoa seria aproveitada para, em algumas escolas, avançar com a remoção do amianto existente na sua construção e face ao secretismo que tem envolvido toda esta polémica com a recusa sistemática por parte da tutela de revelar a listagem de escolas que contêm amianto, desrespeitando a lei n.º 2/2011, de 9 de Fevereiro, que impõe a sua divulgação.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de S. Julião, Nª Srª Anunciada e Stª Maria da Graça, reunida em sessão ordinária a 29 de Abril de 2014, solicita ao senhor Presidente da Junta de Freguesia se dispõe de informações que permitam dar esclarecimentos sobre:

a) – as escolas da freguesia que apresentam amianto na sua construção;
b) – a existência de intervenção do Ministério da Educação no sentido da remoção de amianto em escolas da freguesia e em quais.

Caso não seja possível prestar esclarecimentos a esta Assembleia de Freguesia, solicita-se que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. Julião, Nª Srª Anunciada e Stª Maria da Graça, questione o Ministério da Educação no sentido de ser esclarecida sobre este problema que põe em risco a saúde de centenas de crianças, professores/as e restantes funcionários/as que diariamente estudam e trabalham nesses estabelecimentos de ensino.
A ser aprovada esta solicitação, a mesma deverá ser divulgada às restantes autarquias do concelho de Setúbal, para possibilitar um conhecimento cabal que apoie os esforços e diligências que os sindicatos da FENPROF vêm desenvolvendo há largos meses em prol da defesa do direito à saúde e integridade física de quem trabalha em estabelecimentos de ensino.

A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de S. Julião, Nª Srª Anunciada e Stª Maria da Graça, 29 de Abril de 2014

O eleito pelo Bloco de Esquerda
Carlos Branco

A favor - 1 Bloco 7 da CDU 6 do PS = 14.
Contra - 0
abstem - 4.

(3)

(anexo 2)

CDU

Moção

Contra a Privatização da EGF

Os serviços de gestão de resíduos urbanos foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas Autarquias Locais e pelos seus Órgãos democraticamente eleitos.

Em 1997, os Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra (no caso de Setúbal, em 2002), para poderem garantir Fundos Comunitários para o financiamento de investimentos necessários ao tratamento dos resíduos urbanos, foram levados a consentir que uma parte da gestão e exploração destes serviços – a valorização e o tratamento de resíduos sólidos urbanos – fosse assegurada através da criação de uma empresa de capitais 100% públicos, a AMARSUL, na qual o Estado é o acionista maioritário, através da empresa pública EGF - Empresa Geral de Fomento.

Hoje, a AMARSUL é uma empresa equilibrada e sustentável financeiramente, com um lugar importante

num setor estratégico, económica e financeiramente sustentado, no qual se prevê que, nos próximos anos, sejam investidos importantes verbas no País, parcialmente provenientes da União Europeia.

Tal como na Península de Setúbal, com a AMARSUL, em todo o País foram criadas 11 empresas similares de resíduos sólidos urbanos que integram 174 Municípios, de capitais exclusivamente públicos e nas quais a EGF é maioritária, em representação do Estado.

É a EGF, com posição e intervenção maioritária do Estado em todas estas empresas, que o Governo pretende vender a privados, colocando em causa a própria subsistência dessas empresas, subvertendo e contrariando as condições que levaram os Municípios da Península de Setúbal a aceitar participarem no capital social 100% público da AMARSUL; e transformando o serviço público de gestão e tratamento de resíduos urbanos, num negócio privado que apenas visa o lucro, com inevitáveis aumentos de tarifas e com graves prejuízos para os trabalhadores da própria empresa, para as populações, para a Região e para o País.

Num momento em que o Governo se prepara para vender a EGF passando por cima das posições assumidas pelos Municípios que integram sistemas multimunicipais de gestão de resíduos, a Assembleia da União de Freguesias de Setúbal (S. Julião, Santa Maria e

Anunciada), reunida a 29/04/2014, manifesta a sua solidariedade com a posição unanime dos Municípios acionistas da AMARSUL, legítimos representantes das populações, perante esta grave ofensiva contra o serviço público de resíduos e contra os seus direitos e interesses na empresa, irreversivelmente afetados com a privatização da EGF e delibera que:

- Se exija, no respeito pela autonomia do Poder Local e no cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, que a AMARSUL se mantenha com capitais 100% públicos;

- Se repudie o processo de privatização da EGF, que o Governo pretende concretizar;

- Se apoiem todas as medidas que os Municípios tomem visando a análise e defesa da legalidade do processo de privatização da EGF e da constitucionalidade da legislação já aprovada ou em processo de aprovação, que possam pôr em causa a autonomia do Poder Local, o respeito pela Constituição da República Portuguesa, os interesses dos Municípios envolvidos e os direitos dos trabalhadores da AMARSUL;

- Se apoie a análise de soluções que permitam manter na esfera pública a prestação de um serviço público de resíduos urbanos, em alternativa às graves consequências que a privatização da EGF, a verificar-se, criaria na AMARSUL e nas populações.

A favor — 6 PS 7 CDU 1 Bloco Es.
Contra — 0
Abstenções — 4.

(e)

(Anexo 3)

CDU

MOÇÃO

40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974

Comemoramos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto politico com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.
Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.
Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências,

substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.
Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.
Portugal comemora também o 40º aniversario do 1º de Maio, dia do trabalhador, em Liberdade, dia de festa e de luta por melhores condições de vida. Festejar o 1º de Maio é continuar a celebrar Abril e defender as suas conquistas.

Face ao exposto a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal (S. Julião, N.ª Sr.ª da Anunciada e Sta. M.ª da Graça) reunida a 29/4/2014 , delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma politica que sirva Portugal e os portugueses.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.
3. Apelar a todos os trabalhadores para que se associem às comemorações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, na defesa de um País mais justo e solidário.

A favor: 6 PS 4 CDU
Contra - 0 4 da Coligação
Abstenção - 3 CDU e 1 Bloco E

MOÇÃO (anexo 4)

D

14 votos favoráveis

25 de Abril de 1974 - Esperança e Sonho - 40º Aniversário

Quarenta anos passaram sobre o acontecimento maior no nosso passado recente. O dia 25 de Abril não foi um dia como os outros, foi um dia que marcou de forma indelével a vida de todos, os que o viveram e das gerações que lhes seguiram.

Quarenta anos depois, importa relembrar que este dia foi fundamental para os Portugueses, mas também foi crucial para os povos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Quarenta anos depois, foi fundamental o papel dos Portugueses na autodeterminação de Timor-Leste, concluindo assim, ao fim de tantos anos, um dos compromissos mais importantes do 25 de Abril para com os povos nossos irmãos.

Na madrugada de 25 de Abril, os militares fecharam as portas a um passado autoritário ao isolamento internacional e deram acesso à Paz, á Liberdade e à Democracia, anseios colectivos de um Povo.

Foram quarenta anos intensos, cheios de esperanças, de realizações e também com muitas desilusões / dificuldades pelo meio, mas valeu a pena.

Nestas quatro décadas o País pôde acompanhar uma civilização em rápida mudança e assumir o seu destino europeu, não esquecendo a sua história de ligação aos quatro cantos do Mundo, principalmente na sua vertente africana e atlântica. As alterações económicas, sociais e culturais tiveram um impacto positivo na vida dos Portugueses e resultaram do empenho e da entrega de muitos.

A conquista da cidadania democrática trouxe responsabilidades, a Democracia implica que todos, em todos os momentos, com consciência, de corpo inteiro assumamos as consequências dos nossos papeis de cidadãos, de eleitos e de responsáveis políticos na Assembleia da República, nos Municípios, nas Freguesias, nos Governos e na Presidência da República.

A consolidação do Poder Local Democrático é inegavelmente uma das principais conquistas do 25 de Abril de 1974.

Quarenta anos passados, mais do que nunca o 25 de Abril é traço de união entre os Portugueses.

Quarenta anos depois, Portugal atravessa uma grave crise que afecta gravemente a larga maioria dos cidadãos e das famílias.

De facto, muitos se questionam se não poderia ser melhor, se não era possível ter seguido um caminho onde os nossos sonhos individuais e colectivos, já se teriam concretizado. É verdade que muitas vezes a dúvida se instala em cada um de nós.

Quarenta anos depois com essas imperfeições, com alguns excessos, com várias injustiças e apesar delas, entendo que valeu a pena. Vale a pena continuar a lutar para aperfeiçoar a nossa democracia, com mais justiça e equidade social.

Porque o 25 de Abril não é propriedade de ninguém, os seus valores foram absorvidos pela sociedade portuguesa e enformam-na tão completamente, que por vezes entendemos a Liberdade, a Justiça Social e a Democracia como dados adquiridos e esquecemos que antes de serem factos, mesmo que imperfeitos, foram sonhos pelos quais foi e é preciso lutar.

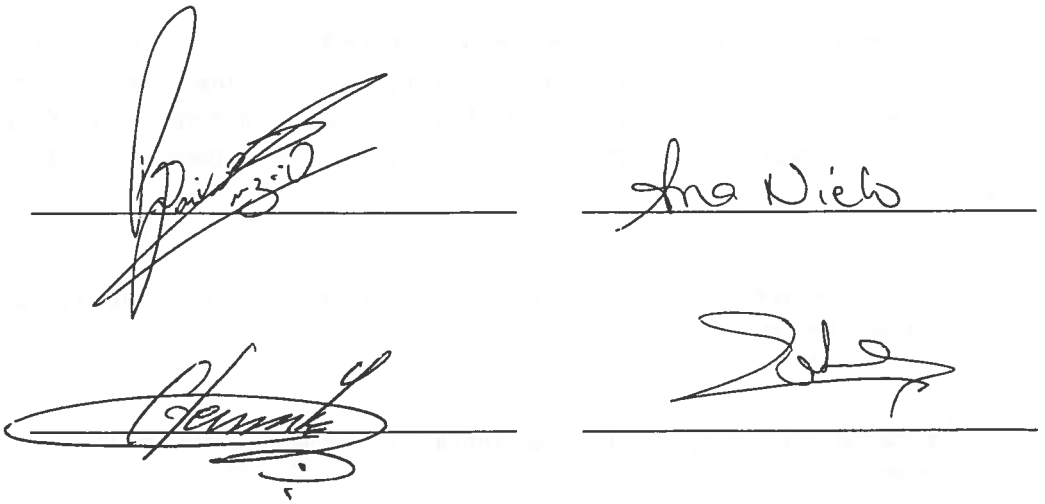
Os erros do passado, as dificuldades recentes e a persistência dos Portugueses que nunca desistiram, tornam-nos mais fortes para encontrar o caminho de Esperança, a concretização do Sonho de Abril.

A Assembleia da União de Freguesias de Setúbal (São Julião, Nª Sra. Da Anunciada e Santa Maria da Graça) reunida em 29 de Abril de 2014, saúda o 40º Aniversário do 25 de Abril, aprovando a presente moção.

Viva o 25 de Abril

Viva Portugal!!

Coligação"Por Setúbal, Por Si"
PPD/PSD, CDS-PP



A favor – 4 colig. 2 PS ...
Contra – 0
abstenção – UPS S CD 1 ...

MOÇÃO

8 votos a favor (E)
10 abstenções (anexo 5)

1° de Maio - Dia do Trabalhador

O dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador é a data que celebra as conquistas dos trabalhadores ao longo da história recente.

Foi neste dia que em 1886 ocorreu uma grande manifestação nos Estados Unidos da América, na cidade de Chicago.

Na altura milhares de trabalhadores protestaram contra as condições desumanas de trabalho e a enorme carga horária à qual eram submetidos (13 horas diárias).

Uma greve geral paralisou os Estados Unidos. Nos dias seguintes confrontos dos manifestantes com a policia, causaram a morte de diversas pessoas dos dois lados da barricada.

França foi o pais que instituiu pela primeira vez o dia 1 º de Maio, como dia do trabalhador e feriado nacional.

Apesar dos tempos repressivos do antigo regime, o dia 1º de Maio, foi sempre razão de algum tipo de manifestação e comemoração.

Mas só a democracia plena, após Abril de 74, nos permitiu celebrar em liberdade esta data.

Importa referir que o dia 1º de Maio que se aproxima é um dos mais problemáticos que os trabalhadores portugueses enfrentaram nos últimos anos, reflectindo as dificuldades do mundo laboral, num Pais que quase foi leva do à falência por políticos irresponsáveis.

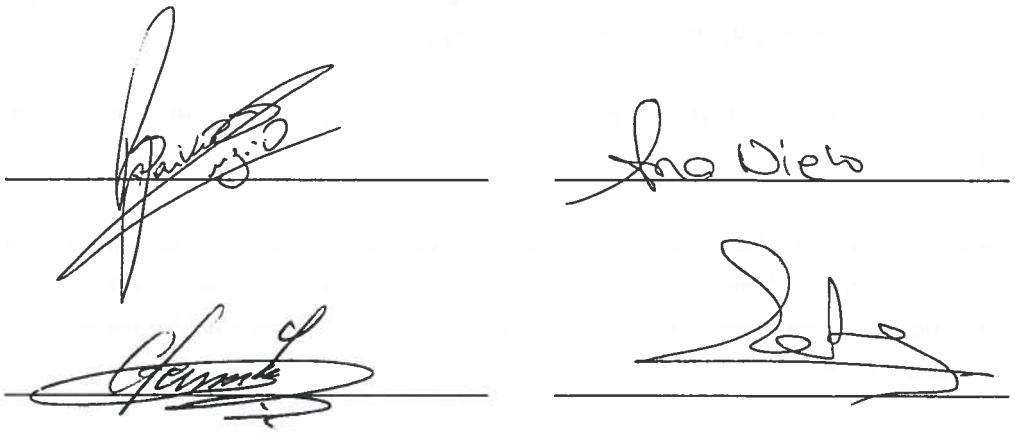
No entanto, e das mãos dos muitos portugueses, homens e mulheres, que acreditaram, que ressurge agora a esperança, pois apesar de todas as dificuldades impostas, não abdicaram das suas convicções e não desistiram de ser solidários e de trabalhar por uma sociedade mais justa. **Para aqueles que nunca desistiram uma saudação especial.**

Uma saudação também, aos milhões de trabalhadores que por este mundo fora, em especial aqueles, em países onde o obscurantismo político, não lhes permite conhecer os seus mais elementares direitos, nem lhes faculta lutar pela liberdade e democracia, muito menos pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Setúbal (São Julião, Nª Sra. Da Anunciada e Santa Maria da Graça) reunida em 29 de Abril de 2014, aprovando a presente moção, com uma saudação a todos os trabalhadores.

Viva o 1º de Maio
Viva o Dia do Trabalhador
Viva Portugal

Coligação"Por Setúbal, Por Si"
PPD/PSD, CDS-PP



A favor - 18 votos
Contra - 0
abstenções - 0
unanimidade.

(F)

(anexo 6)

Saudacs

Moção evocativa do 25 de abril de 1974

Se há um dia que representa, na nossa história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidas. Nem poderiam estar!

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.
Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de **Liberdade**. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais da **Igualdade**.
Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da **Fraternidade**. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada "Revolução dos Cravos" é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Muito poderia agora ser referido sobre a forma como as atuais políticas, que estão a colocar em causa muitas das conquistas de abril. Mas porque o momento é de celebração, deixemos esse facto de lado por ora, pois a história se encarregará de julgar os responsáveis por um retrocesso civilizacional e social sem precedentes na nossa história.

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer "basta!" a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, todos estes homens e mulheres que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade. Todas as

palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia, pelo que nada como usar aqui as palavras de um dos Grandes da nossa poesia, o poeta **Manuel Alegre**, com o seu poema "**Abril de Abril**":

"Era um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e trégua e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.

Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjectivo Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.

Abril de vinho e sonho em nossas taças
era um Abril de clava Abril em ato
em mil novecentos e setenta e quatro.

Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril em que Abril se libertava.

Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
esse Abril em que Abril floriu nas armas."

Viva o 25 de abril! Viva Portugal!

Setúbal, 29 de abril de 2014

Os representantes do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal:

MOÇÃO Saudação

UM NOVO RUMO NO VALOR DO TRABALHO

O 1º de Maio é uma data simbólica e comemorativa em homenagem à luta dos trabalhadores de Chicago que faleceram no ano de 1886. O significado e dimensão histórica desta data remete-nos para um tempo de austeridade e menosprezo pelo valor do trabalho, que levou ao levantamento de movimentos operários a denunciarem as parcas condições de trabalho e de vida com sofrimento, coragem e determinação.

Passados 128 anos estamos em 2014, e o impensável aconteceu. O evolucionismo social, que levou centenas de anos a se afirmar na valorização do ser humano e do rendimento do trabalho, regrediu historicamente perante a conjuntura económica e a voracidade financeira. O tempo de lazer, tido como importante para as forças produtivas ainda nos tempos das atividades tribais, dá hoje lugar a trabalho extra, remunerado pelo mais ~~alto~~ baixo valor permitido, saído de um conceito de competitividade, que nivela o ser humano à última das prioridades das praças financeiras.

Raul Vaneigem filósofo e pensador belga desabafou recentemente "*A obediência que outrora justificava o temor aos deuses é hoje devida às leis do mercado que substituíram esses deuses*".

As divergências sociais e a escassez de emprego no espaço da moeda única ameaçam os objetivos da União europeia e fazem letra morta dos tratados assinados. É tempo de trabalhar para recuperar os 2,1 Milhões de empregos perdidos nos países intervencionados pela Troica, de retomar a qualidade no emprego, de combater a precariedade, de combater o aumento de estagiários e aprendizes não remunerados, de combater o falso trabalho independente, de repor a normalidade legal quanto à legislação laboral, de combater a economia paralela e de aumentar o salário mínimo. Só assim se pode trazer um novo rumo ao valor do trabalho.

Viva o 1º de Maio

Setúbal, 29 de abril de 2014

Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal: